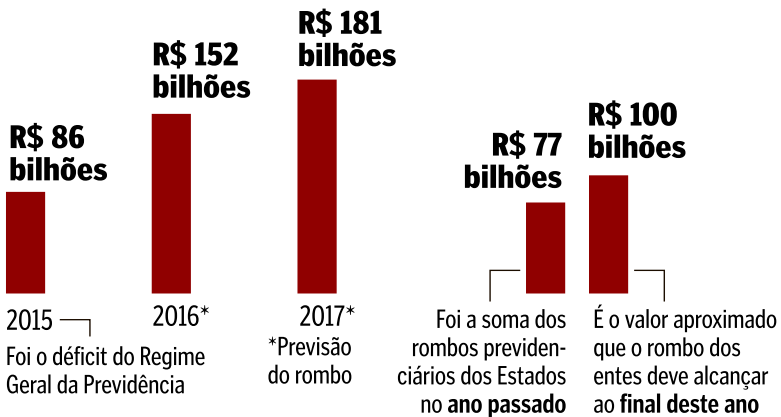


REFORMA DA PREVIDÊNCIA

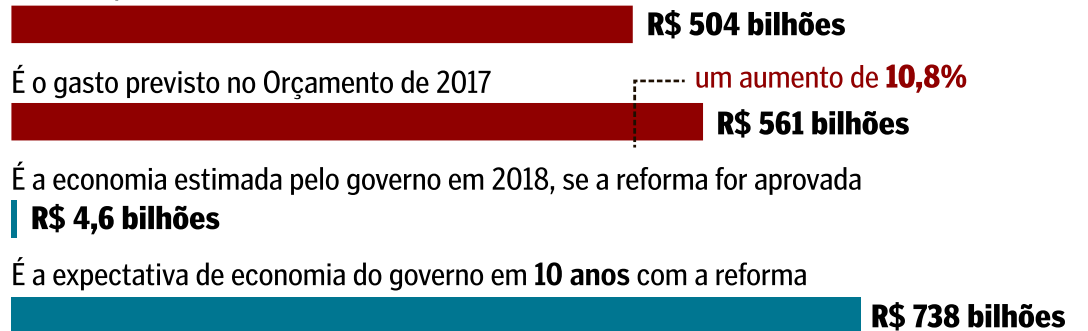
O TAMANHO DO BURACO

Déficit da previdência brasileira



Despesa previdenciária no país

Foi a despesa do INSS em 2016



Custos

- R\$ 3,3 milhões** é quanto custa o funcionário público aposentado
- R\$ 1,1 milhão** é o custo com o funcionário privado inativo
- R\$ 72,5 bilhões** é o rombo da Previdência da União
- R\$ 32,5 bilhões** é o déficit de pagamento para militares aposentados ou reservistas, ou **44,8%** do rombo
- 300 mil** militares estão aposentados, na reserva ou são pensionistas
- R\$ 40 bilhões** foi o déficit dos servidores públicos civis
- 670 mil** benefícios são pagos a funcionários públicos inativos civis
- 26 milhões** de aposentados e pensionistas são pagos pelo INSS

Envelhecimento do população brasileira



Fonte: secretário da Previdência Social do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano

*Expectativa

Fonte: governo

PREVIDÊNCIA EXPLOSIVA

Somente em Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, déficit deve ultrapassar R\$ 230 milhões neste ano

✎ **LUÍSA TORRE**
ltorre@redgazeta.com.br

Ao apresentar ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que visa reformar o atual modelo de Previdência Social do país, o governo federal revelou a trajetória explosiva dos gastos com o sistema: o déficit do Regime Geral que foi de R\$ 86 bilhões em 2015 deve fechar 2016 em uma cifra bem maior: de R\$ 152 bilhões. Para 2017, a previsão é que o rombo chegue a R\$ 181 bilhões.

Nos Estados, a situação não é diferente: estudos

mostram que o déficit, que fechou 2015 em torno de R\$ 77 bilhões, chegue a R\$ 100 bilhões ao fim deste ano. A mesma situação preocupante acontece nos municípios: na Grande Vitória, as prefeituras também têm, assim como a União, que injetar dinheiro para pagar aposentadoria de parte de seus servidores. Mais precisamente, R\$ 207 milhões em 2015. Neste ano, o rombo deve ultrapassar R\$ 230 milhões.

Na Capital, o montante aportado pelo Executivo municipal vai crescer 265%,

passando de R\$ 32,85 milhões, em 2012, para R\$ 120 milhões, em 2017.

FUNDOS

Em Vitória, Vila Velha e Cariacica, servidores contam com dois fundos de contribuição, um chamado Fundo Financeiro e outro chamado Fundo Previdenciário. A divisão, movimento chamado segregação de massa, ocorreu em 2011 na Capital; em 2003, em Vila Velha; e, em 2006, em Cariacica, quando os fundos previdenciários foram criados. Todos eles têm caracterís-

“Ajustes são necessários. Sacrificamos os investimentos para pagar a previdência”

— **ALEXANDRE VIANA**
DIRETOR-PRESIDENTE DA PREVIDÊNCIA DA SERRA

ticas parecidas: muito mais servidores ativos que inativos e, conseqüentemente, mais receita que despesas, além do investimento do montante arrecadado com as contribuições dos ativos no mercado financeiro.

Os fundos financeiros dos municípios também têm muitos servidores ativos, que contribuem, e muitos inativos, que recebem proventos pagos pelo fundo. No entanto, a receita com contribuições dos servidores ativos é menor que a despesa, o que provoca déficit, coberto pelas administra-

ções municipais. Em Vitória, o aporte para tapar o déficit pode atingir R\$ 95 milhões neste ano. Em Vila Velha, estima-se que será necessário aplicar R\$ 50 milhões.

Na Serra, há apenas um fundo, que também precisa de ajuda da prefeitura, em R\$ 60 milhões ao ano. Em Cariacica, somente neste ano, a prefeitura precisou direcionar para a Previdência R\$ 24,6 milhões.

De acordo com diretora-presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória (Ipavm), Tatiana Prezotti Morelli, o déficit do fundo financeiro é resultado de regras menos rígidas no passado. “Antigamente, a aposentadoria no serviço público não tinha caráter contributivo, não era um seguro, era um prêmio, e não tinha critérios rigorosos para concessão. Tinha servidores que trabalhavam num cargo por um período e incorporavam o salário do cargo sem nunca ter contribuído para isso. Essa situação mudou”, explica.

Segundo ela, o fundo previdenciário foi criado como instrumento para fazer a equalização do déficit atuarial. “Ele só foi feito para custear essas próprias pessoas que estão no fundo. O dinheiro vai rendendo e o município não vai ar-

Evolução do rombo no país - Em bilhões de reais



O déficit no Espírito Santo

R\$ 1,5 bilhão

foi o aporte feito pelo governo estadual para cobrir os benefícios pagos aos inativos em 2015

R\$ 1,8 bilhão

é a previsão orçamentária de desembolso do governo com as aposentadorias em 2016, um crescimento de 20%

Municípios

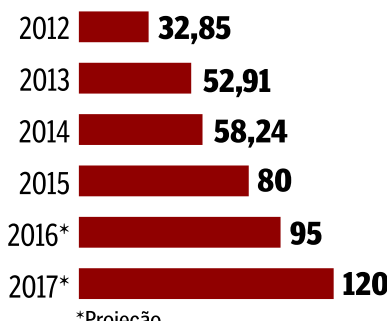
R\$ 207 milhões

é o déficit total das previdências municipais de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, em 2015

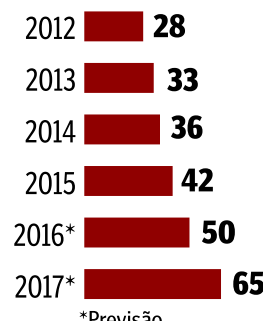
APORTES DAS PREFEITURAS

Em milhões de reais

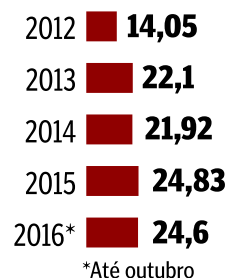
Vitória



Vila Velha



Cariacica



Infografia | Genildo

car com o custo dessa massa”, detalha Tatiana.

BURACO

Em Cariacica, a prefeitura arca mensalmente com R\$ 2,9 milhões para pagar aposentadorias e pensões. “É um valor considerável para Cariacica, já que somos a menor renda per capita do Estado. Essa insuficiência financeira começa a ter alívio entre 2040 e 2050”, explica Gustavo Trancoso, diretor-administrativo e financeiro do Instituto de Previdência de Cariacica.

Na Serra, a prefeitura paga 4% de cota suplementar, o que significa de R\$ 5 milhões a R\$ 6 milhões por mês. “Vamos esperar a reforma para fazer novos ajustes. Eles são necessários porque estamos sacrificando os investimentos da prefeitura para pagar Previdência”, explica o diretor-presidente do Instituto de Previdência dos Servidores da Serra (IPS), Alexandre Viana.

Em Vila Velha, a previsão é de que a contribuição de prefeitura para o fundo acabe em 25 anos, segundo Nereida Alves Chagas, diretora-presidente do Instituto de Previdência de Vila Velha (IPVV). “A alíquota suplementar era 5,67% há dois anos, e agora está 3,68%. A tendência é reduzir até o equilíbrio”.

RAIO-X DAS PREVIDÊNCIAS MUNICIPAIS

VITÓRIA

- ▼ **Fundo financeiro**
- ▼ Tem 7.924 servidores ativos, os que ingressaram no serviço público antes de 2011, e 4.600 aposentados e pensionistas.
- ▼ Déficit: R\$ 80 milhões em 2015 e R\$ 95 milhões em 2016.
- ▼ **Fundo previdenciário**
- ▼ Criado em 2011, conta com 2.014 ativos e 3 aposentados e pensionistas.
- ▼ Superavitário em R\$ 82 milhões (dado de 2015).
- ▼ **Contribuição**
- ▼ Na Prefeitura de Vitória, a alíquota do servidor é 11% e a do empregador, 22%.

VILA VELHA

- ▼ **Fundo financeiro**
- ▼ Tem cerca de 4 mil servidores ativos e aproximadamente 2 mil inativos.
- ▼ Déficit: R\$ 42 milhões em 2015 e R\$ 50 milhões em 2016.
- ▼ **Fundo previdenciário**
- ▼ Tem cerca de 2 mil ativos e de 50 a 100 pessoas aposentadas.
- ▼ Recebe R\$ 3,2 milhões por mês via contribuição dos ativos e paga cerca de R\$ 480 mil por mês.
- ▼ **Contribuição**
- ▼ O servidor hoje paga

11%, o empregador, 12% e a prefeitura, uma alíquota suplementar de 3,68%.

CARIACICA

- ▼ **Fundo financeiro**
- ▼ Tem 375 servidores ativos e 987 aposentados e pensionistas.
- ▼ Insuficiência financeira de R\$ 24,8 milhões em 2015 e, até outubro deste ano, R\$ 24,6 milhões.
- ▼ **Fundo previdenciário**
- ▼ 2.728 ativos e 52 aposentados e pensionistas.
- ▼ É capitalizado em cerca de R\$ 150 milhões. Em 2015, teve superávit técnico de R\$ 1,3 milhão.
- ▼ **Contribuição**
- ▼ O servidor contribui com 11% e a alíquota patronal está em 12,90%.

SERRA

- ▼ **Fundo único**
- ▼ Tem cerca de 11 mil ativos e 3.500 aposentados e pensionistas.
- ▼ A prefeitura aporta em torno de R\$ 60 milhões por ano ao fundo.
- ▼ Tem por volta de R\$ 300 milhões, com aplicação no mercado financeiro.
- ▼ **Contribuição**
- ▼ O servidor paga 11%, e a prefeitura, 12% e mais 4% de alíquota extra.

Cidades planejam aderir a fundo de pensão estadual

DIVULGAÇÃO/IPAVM

Quatro municípios estudam mudar regras para reduzir os gastos com aposentadorias

Para que o déficit das previdências municipais possam diminuir, o governo federal propôs na PEC da reforma que eles sejam obrigados a instituir a previdência complementar em dois anos. Funciona assim: os governos pagam aposentadorias até o teto do INSS. Se o servidor ganha além disso, ele contribui para o fundo de pensão, que vai garantir o salário integral no futuro.

No Espírito Santo, o sistema só existe para servidores do governo do Estado que ingressaram no serviço a partir de 2014. Entre os municípios, a Serra é o único que já tem lei criando a previdência complementar. “Falta definir a qual sistema aderir”, diz Alexandre Viana,



Tatiana Prezotti Morelli, diretora-presidente do Ipavm

diretor-presidente do IPS.

Em janeiro, o município de Cariacica deve firmar um acordo de cooperação mútua com a previdência complementar do Estado para estudar a adesão do município de Cariacica ao sistema.

As cidades podem fazer convênio com o sistema do Estado, mas antes devem aprovar leis em suas Câmaras criando o sistema. En-

quanto a reforma não sai, as prefeituras vêm adotando algumas medidas para enxugar o déficit. “Fazemos uma análise rigorosa dos benefícios que concedemos e, anualmente, o beneficiário tem que fazer a prova de vida. Temos também o censo previdenciário para ver se tem servidor fantasma recebendo”, explica Tatiana Prezotti Morelli, do Ipavm.

MILITARES PODERÃO ACUMULAR BENEFÍCIOS

Temer recua e exclui ainda bombeiros e PMs da reforma

Um dia após anunciar a proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera a Previdência de todo o brasileiro, o governo federal mudou ontem o texto-base da reforma, permitindo integrantes das Forças Armadas a acumularem aposentadorias e pensões, segundo o jornal "Folha de S. Paulo". De acordo com a matéria, o presidente Michel Temer também retirou policiais militares e bombeiros das mudanças nas regras previdenciárias. O texto apresen-

tado na última terça-feira é diferente do que foi protocolado pela União na Câmara dos Deputados.

A princípio, os militares não teriam as regras previdenciárias alteradas pela proposta, mas o projeto divulgado pelo Palácio proibiu qualquer brasileiro de receber aposentadoria e pensão ao mesmo tempo. As mudanças ocorreram por pressão dos ministros Raul Jungmann (Defesa) e Sergio Westphalen Etchegoyen (Gabinete de Segurança

Institucional).

"Os militares não contribuem como está sendo dito aí com R\$ 34 bilhões e com 45% do déficit. O déficit real que os militares contribuem é de R\$ 13 bilhões", disse Jungmann.

No caso dos policiais militares e dos bombeiros, ficará a cargo dos deputados e senadores apresentação de projetos de lei para incluir essas categorias no bolo da reforma.

A inclusão desses profissionais na PEC era um

Comissão deve aceitar hoje proposta do governo

O deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), escolhido relator da PEC da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, disse ontem que dará parecer pela admissibilidade da PEC, e que vai protocolar o relatório hoje. A leitura do texto só deverá ocorrer na segunda-feira. Ele afirmou que não entrará no mérito da matéria, mas que apenas dirá que o texto é constitucional e tem base regimental.

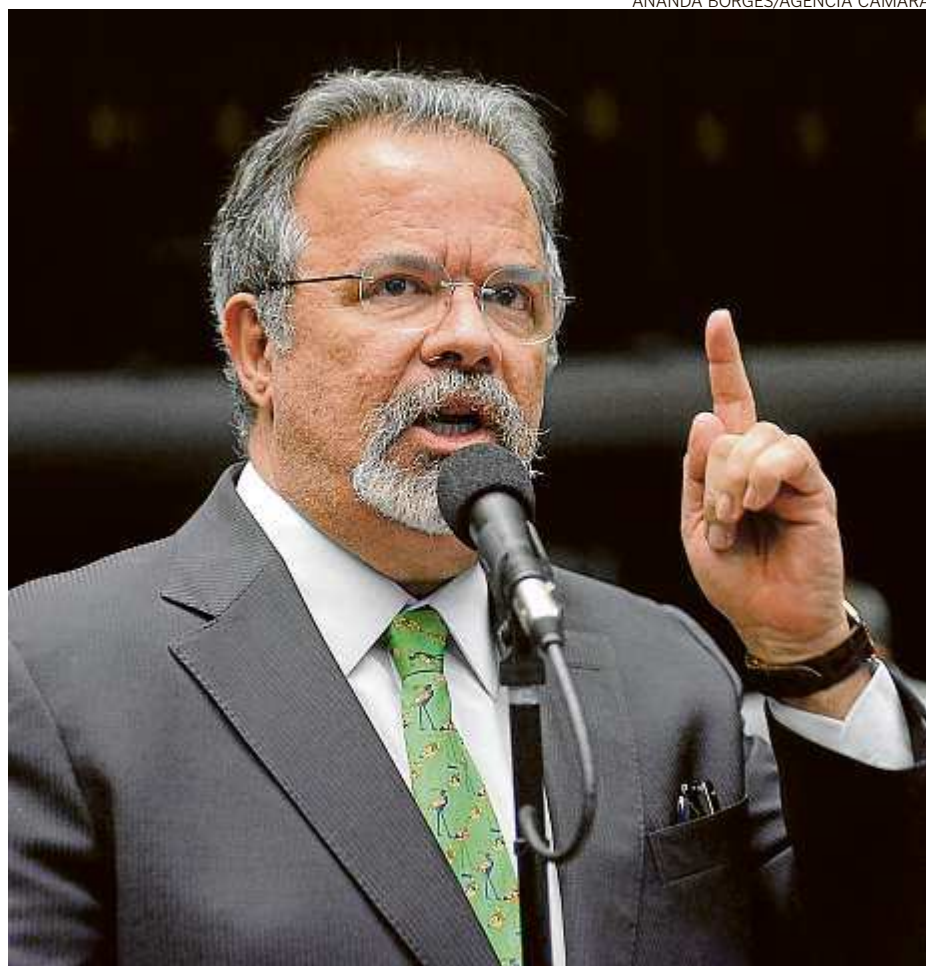
Escolhido relator na comissão especial que será criada para analisar a PEC da reforma da Previdência, o deputado Arthur Maia (PPS-BA) pediu "temperança" para lidar com o assunto



Arthur Maia será relator da reforma em comissão

e disse que o país não precisa de "reações espalhafatosas" num momento de crise. Em reunião com Temer, ambos comentaram da necessidade de não "se abrir

a porteira para exceções", o que seria, admitiram, muito "tentador" diante das pressões. Mas, caso isso ocorra, avalia, a reforma ficaria comprometida.



Raul Jungmann, ministro da Defesa, diz que militares não são culpados pelo déficit

pedido de governadores, já que os benefícios pagos a eles são dos regimes de Previdência estaduais e pressionam as contas dos Estados.

O governo disse que os militares serão tratados em outro projeto e que a alteração teve a intenção de corrigir o equívoco contido na versão anterior.

POLICIAIS CIVIS

Entidades que representam policiais civis, rodoviários e federais reto-

maram ontem a estratégia de fazer um corpo a corpo com membros do governo para tentar acabar com a ideia de extinguir as aposentadorias especiais para a categoria na reforma da Previdência.

Ontem, em Vitória, cerca de 100 policiais civis realizaram uma manifestação, bloqueando os dois sentidos do cruzamento das avenidas Reta da Penha e Maruípe. Eles protestavam contra a reforma da Previdência.

Mais ricos sofrerão impacto maior

A fixação de uma idade mínima para se aposentar afetará, principalmente, brasileiros com renda mais alta. Isso porque, na prática, quem ganha menos costuma se aposentar por idade. Segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as mudanças mais profundas serão sentidas por aqueles elegíveis à aposentadoria por tempo de contribuição, que exige mais anos de emprego formal, sendo, dessa forma, mais requerida por brasileiros em faixas mais altas de renda.

Pelo balanço mais recente do Ministério da Previdência, a média dos benefícios concedidos para aposentados por tempo

de contribuição foi de R\$ 1.819,34 em outubro - mais que o dobro da média de R\$ 887,85 do benefício de quem se aposentou por idade. O valor é considerado uma boa aproximação do perfil de renda de cada grupo, já que a contribuição é calculada com base nos rendimentos da ativa.

Para requerer a aposentadoria por idade, é preciso ter pelo menos 65 anos (homens) ou 60 anos (mulheres), além de 15 anos de contribuição. Hoje, a aposentadoria por tempo de contribuição não tem idade mínima. A exigência é ter contribuído por 35 anos (homens) ou 30 anos (mulheres).

Deputado propõe plebiscito

O deputado federal Silvio Costa (PTdoB-PE) propôs ontem a realização de plebiscito sobre a reforma da Previdência. Pela proposta, a consulta popular seria feita em 30 de abril de 2017 e questionaria se o cidadão brasileiro é contra ou a favor da reforma apresentada.

Costa apresentou a ideia por meio de um projeto de Decreto Legislativo. Para tramitar na Câmara, a medida deverá ter apoio de pelo menos 171 deputados, equivalente a um terço dos 513 integrantes da Casa.

A inclusão do pedido na pauta, porém, depende do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que é aliado do Planalto, e também precisa ser aprovada pelo Senado. "Precisamos escutar o povo do Brasil sobre a reforma da Previdência. Está falando aqui um deputado que é a favor da reforma. Entretanto, esse governo não tem legitimidade para propor uma reforma como essa", afirmou Silvio Costa.

Para ele, antes de propor a reforma, Temer deveria abrir mão de metade da aposentadoria de R\$ 30 mil que recebe de procurador do Estado de São Paulo desde os 55 anos.